

Resumo (Direito)

OS AVANÇOS DA LEI ESTADUAL Nº 4.283/18 E DO ARTIGO 170 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedespdir.706>

Janayna Ribeiro da Rocha

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: janaynaribeiro123@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8226-4418>.

Jaqueline Priscila Longo de Jesus

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: jaquelongojesus@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8351-7878>.

Julia Gabriela Domiciano de Souza

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: juliagabrieladomiciano@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9619-429X>.

Karine Martins da Silva Oliveira

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: karine.kms16@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8407-0617>.

Marcyellem Raiski de Oliveira

*Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: marcyellem.raisk@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1459-6645>.*Copyright¹³: Submetido em: 01 dez. 2018. Aprovado em: 05 dez. 2018. Publicado em: 15 dez. 2018.
E-mail para correspondência: janaynaribeiro123@gmail.com.**Palavras-chave:**Equidade nas
relações de
trabalho e
emprego
Mercado de
trabalho
Ordem econômica
Reforma
trabalhista

RESUMO: A pesquisa teve por objetivo identificar os fatores geohistóricos que contribuíram para o aparecimento das atividades econômicas desenvolvidas no estado de Rondônia desde a sua gênese. Nesse processo, destacou-se a agropecuária como uma das principais atividades para o progresso da economia do referido estado, bem como, os fatores que favoreceram a sua continuidade no mercado. Esse processo de expansão consumista problematizou um cenário de avanço do grande produtor rural em detrimento dos de pequeno porte, visto que, os latifundiários possuem melhores condições para se desenvolverem, gerando uma desigualdade socioeconômica. Além disso, essas atividades empreendidas resultaram em graves impactos ambientais. Dado exposto, a discussão do tema demonstra-se de grande relevância, uma vez que, justifica-se por meio da análise dos benefícios da Lei Estadual nº 4283/2018 em complemento da disposição constitucional no artigo 170, inciso VII, no que refere à redução das desigualdades regionais e sociais. Dando como resultado que os elementos jurídicos que estão em consonância em relação às condições propícias para a efetivação das atividades econômicas no estado de Rondônia tanto para a defesa do meio ambiente como para a redução das desigualdades, ambos sanados por meio da isenção do

¹³ Atribuição CC BY: Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

licenciamento ambiental, uma vez que, para obter tal benefício, os pequenos proprietários devem poluir menos e dessa maneira, Rondônia tende a proporcionar condições ideais para que o processo de evolução agropecuário seja desenvolvido com o devido cuidado ambiental. Quanto ao método de investigação da pesquisa foi quantitativo, com utilização bibliográfica e documental, a orientação metodológica utilizada foi a descritiva com o intuito de descrever as características dos fenômenos econômicos, sociais e ambientais de Rondônia.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jhony. Setor agropecuário aponta crescente desigualdade entre pequenos e grandes produtores. Disponível em: <<https://jornalismoespecializadounesp.wordpress.com/2017/02/08/setor-agropecuario-aponta-crescente-desigualdade-entre-pequenos-e-grandes-produtores/>>. Acesso em 26 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_05.10.1988/art_170_.asp>. Acesso em 20 out. 2018.

CERQUEIRA, Wagner. A agropecuária e os problemas ambientais. Disponível

em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-agropecuaria-os-problemas-ambientais.htm>>. Acesso em 23 out. 2018.

ROMARIZ, Cristiano. Rondônia no cenário nacional do agronegócio e o estudo do direito agrário. Disponível em: <<https://mauriciofernandesdasilva79.jusbrasil.com.br/artigos/460980477/roondonia-no-cenario-nacional-do-agronegocio-e-o-estudo-do-direito-agrario>>. Acesso em 18 out. 2018.

RONDÔNIA. Lei Estadual Nº 4.283/18. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=360162>>. Acesso em 09 nov. 2018.

Como citar (NBR 6023)

ROCHA, J. R.; DE JESUS, J. P. L.; DE SOUZA, J. G. D.; OLIVEIRA, K. M. S.; OLIVEIRA, M. R. Os avanços da lei estadual nº 4.283/18 e do artigo 170 da Constituição Federal: uma análise socioeconômica do estado de Rondônia. *Rev Cient Fac Educ e Meio Ambiente*, Ariquemes, v. 9, n. edespdir, p. 650-651, 2018. doi: <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedespdir.706>.